

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Gisele Simi Turchetti

**DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA: CONTEXTO NOS MUNICÍPIOS
PERTENCENTES À MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO RIO GRANDE
DO SUL**

Santana da Boa Vista, RS

2023

Gisele Simi Turchetti

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA: CONTEXTO NOS MUNICÍPIOS
PERTENCENTES À MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO
SUL

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em
Gestão Pública Municipal (EaD), da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito
parcial para a obtenção de título de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Trevisan

Santana da Boa Vista, RS

2023

Gisele Simi Turchetti

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA: CONTEXTO NOS MUNICÍPIOS
PERTENCENTES À MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO RIO GRANDE DO
SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal
(EaD, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção
de título de **Especialista em Gestão Pública
Municipal**.

Aprovado em 27 de janeiro de 2023:

Marcelo Trevisan (Dr. UFSM)
Presidente/Orientador

Nathália Rigui Trindade (Dr.^a UFSM)

Talita Gonçalves Posser (Ms.^a UFSM)

Santana da Boa Vista, RS

2023

**DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA: CONTEXTO NOS MUNICÍPIOS
PERTENCENTES À MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL DO RIO GRANDE
DO SUL**

DISTRIBUTION OF CREDIT AGRICULTURE: CONTEXT IN THE MUNICIPALITIES
BELONGING TO THE WEST CENTER MESOREGION OF RIO GRANDE DO SUL

Gisele Simi Turchetti

Marcelo Trevisan

RESUMO

O estudo tem a pretensão de situar o contexto do crédito agrícola para as atividades agropecuárias da mesorregião geográfica Centro Ocidental do Rio Grande do Sul, composta por 31 municípios. O tema deste artigo conecta-se com debates atuais sobre a integração do setor agropecuário, canalização da matriz de crédito, situada na interface produtiva, e a persistência de políticas redistributivas no rural brasileiro. Concentrando-se na cobertura do crédito Não Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (NPRONAF), como objetivo geral desta pesquisa tem como objetivo descrever o cenário dos recursos de crédito rural destinados à agricultura empresarial, no período de 2013 a 2022, da mesorregião geográfica Centro Ocidental do RS. Foram abordados aspectos do cenário dos recursos agropecuários para o trabalho de gestão e planejamento público nos municípios selecionados. Para tanto, a metodologia utilizada foi do tipo quantitativa descritiva. A partir de dados do Censo Agropecuário e da matriz do crédito rural do SN. Verificou-se, usando o tamanho da propriedade (módulos fiscais) e o índice de relação entre os estabelecimentos não Pronaf e Pronaf (IRNPP) por município, que, embora exista uma alta presença de propriedades Pronaf nos municípios, a contratação de crédito NPronaf é expressiva e realizada mais de uma vez por unidade agrícola em alguns municípios. Os resultados demonstram que, a agricultura empresarial tem expandido sua organização, de modo que a política agrícola, em nível territorial, estimula o fortalecimento das atividades agropecuárias dos produtores que se mantém em condições de garantias e enquadramento para os financiamentos. Além disso, fatores situacionais decorrentes da contratação de crédito agrícola, fomentam novos arranjos produtivo-comerciais nos municípios.

Palavras-chave: Política agrícola; Agricultura empresarial; Mesorregião; Soja.

ABSTRACT:

The study intends to situate the context of agricultural credit for agricultural activities in the geographic mesoregion Centro Oeste of Rio Grande do Sul, composed of 31 municipalities. The theme of this article connects with current debates on the integration of the agricultural sector, channeling of the credit matrix, located in the productive interface, and the persistence of redistributive policies in the Brazilian countryside. Focusing on the credit coverage of the National Program for Strengthening Family Agriculture - PRONAF (NPRONAF), this research aims to analyze the behavior of rural credit resources destined to business agriculture, in the period from 2013 to 2022, in the geographic mesoregion Centro Western RS. Aspects of the

scenario of agricultural resources for public management and planning work in the selected municipalities were addressed. Therefore, the methodology used was of the descriptive quantitative type. Based on data from the Agricultural Census and the SN rural credit matrix. It was verified, using the size of the property (fiscal modules) and the ratio index between non-Pronaf and Pronaf establishments (IRNPP) by municipality, that, although there is a high presence of Pronaf properties in the municipalities, the contracting of NPronaf credit is expressive and carried out more than once per agricultural unit in some municipalities. The results show that corporate agriculture has expanded its organization, so that agricultural policy, at the territorial level, encourages the strengthening of agricultural activities by producers who remain in conditions of guarantees and framework for financing. In addition, situational factors arising from the contracting of agricultural credit, encourage new productive-commercial arrangements in the municipalities.

Keywords: Agricultural policy; Agribusiness; Mesoregion; Soy cultivation.

1. Introdução

Embora o conjunto de incentivos da política agrícola brasileira tenha acrescentado medidas adicionais vinculadas ao apoio e direcionamento agropecuário, diferentes condições geográficas, sociais e econômicas impactam a atividade agropecuária. Neste caso, o crédito rural é um fator importante para o desenvolvimento do setor agropecuário.

A concessão de crédito viabiliza a adoção de tecnologias e colabora para o aumento da produtividade agrícola e geração de renda. O setor agropecuário contribui com o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, representando cerca de 21% do total do país, em 2019 (CEPEA/CNA, 2020). Além disso, o setor desempenha um papel importante na exportação de matérias-primas, como soja, milho, carnes e café. De fato, a produção agrícola é a principal fonte do crescimento econômico do Brasil, que cresce a uma média anual de 3,08% (IPEA, 2018). Dessa forma, a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) definiu o Brasil como um dos principais países que irá fornecer alimentos para o mundo.

O conjunto de medidas de incentivos ao crédito para a atividade agropecuária, têm um impacto positivo principalmente para a aquisição de equipamentos e insumos e viabilizar a produção de alimentos. Tais iniciativas demonstram a importância da transferência de recursos para o setor como uma prioridade da política agrícola. O apoio aos produtores rurais, por meio de fontes institucionais e, não institucionais através de recursos disponibilizados por empresas privadas servem de motivação para o sistema de apoio à agropecuária brasileira (LEITE, 2001; LEITE & JR WESZ, 2015).

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNRA em 1965, serviu como uma medida determinante para a transformação do sistema de produção agrícola, permitindo o aumento da produtividade e consolidação dos complexos agroindustriais (LEITE, 2001). No entanto, as normas de concessão de crédito aplicada uniformemente no território nacional,

durante certo tempo atingiram agricultores familiares, através das cooperativas. Assim, em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que preconiza a inclusão de agricultores familiares no acesso ao crédito rural, sendo um instrumento de apoio à categoria além de, promover o acesso à melhores condições produtivas (GRISA & SCHNEIDER, 2015).

A discussão sobre as diferentes tipologias da agricultura brasileira foi incorporada a partir dos dados censitários de 2006, onde podem ser identificadas duas configurações das propriedades agrícolas, uma familiar que representava cerca de 84% das unidades de produção que usava 31% das terras totais e detinham 20% dos recursos de crédito rural, em 2011 e, uma não familiar que usava 79% das terras agrícolas concentrada em 15% dos estabelecimentos produzindo monocultivos para a exportação (AQUINO & SCHNEIDER, 2015). Para Mueller & Mueller (2016) o papel central do desenvolvimento da agricultura brasileira se deu, entre outros fatores, pelo fortalecimento de uma classe de agricultores “empreendedores/empresariais” dispostos a inovar, geralmente propensos a utilizar novas tecnologias e insumos modernos por meios de incentivos governamentais. Os produtores empresariais baseiam-se em estratégias de rentabilidade, focadas em custos e retornos, e suas relações comerciais são afetadas por operadores unilaterais.

Programas de crédito rural são mecanismos de ajuda voltada para a criação e manutenção de condições para produção de alimentos. Trata-se de uma ação pública que alia apoio financeiro com uma diversificação de ajuda à agricultura e pecuária brasileira. O governo criou, assim, mecanismos legais que viabilizam a participação de atores políticos e sociais. Esses mecanismos se espalham pelo território como uma modalidade de apoio ao setor agropecuário que oferece perspectivas relevantes para o desenvolvimento rural (GRISA & SCHNEIDER, 2015; AQUINO & SCHNEIDER, 2015; LEITE & JR WESZ, 2015).

Por este motivo, a importância do crédito rural em diferentes escalas e recortes na concessão de recursos para as interfaces da agricultura e à pecuária brasileira. Uma das principais evidências é de que o crédito rural inicialmente inseriu o setor rural no padrão nacional desenvolvimentista (LEITE, 2001), estimulado pela adoção de pacotes tecnológicos da modernização da agricultura e a especialização produtiva (DELGADO, 2001). Como política governamental, cumpria o papel mais equitativo em promover à categoria familiar nos setores que formam a agricultura nacional, no caso do PRONAF (GRISA & SCHNEIDER, 2015). Além disso, apesar da intervenção monetária para os agricultores, a política de crédito rural impulsionada por natureza dual, uma associada à perspectiva de soberania alimentar e outra buscando a segurança alimentar, de modo geral, consolidou o setor agroindustrial em

bases que subsidiam a expansão das atividades agrícolas (LEITE & JR WESZ, 2015). Ao mesmo tempo, estabelece um dualismo da estrutura agrária em termos de distribuição do crédito, espacialmente concentrada na região sul e sudeste para agricultores de grande escala dedicados na produção de *commodities* (AQUINO & SCHNEIDER, 2015).

No entanto, a maioria dos estudos não analisa a questão da escala territorial de contratação do crédito e a matriz produtiva local. Além disso, muitos estudos se concentram em programas como o Pronaf, não expondo o fato de que o crédito contratado pela agricultura empresarial detém a maioria da cobertura dos subsídios para a agricultura. Nessa perspectiva, esta análise diz respeito à implementação desse dispositivo em torno de 31 municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental do Rio Grande do Sul. Nessa região, observa-se uma ocupação do território bastante contrastante entre uma matriz produtiva muito densa devido à monocultura de *commodities* destinada à uma produção especializada em permanente crescimento, e áreas orientadas para produção diversificada.

Portanto, independentemente dos discursos, em geral, a questão do crédito rural é uma variável já endogeneizada no processo de desenvolvimento rural, econômico e social. Apesar das medidas públicas dos últimos 30 anos, em termos de acesso ao crédito, o apoio as unidades produtivas ainda não atingiram um nível satisfatório, a julgar pela participação e inclusão das camadas menos favorecidas dentre os agricultores/produtores aos programas de subsídio (LEITE & JR WESZ, 2015; GRISA & SCHNEIDER, 2015). Visto que a legitimação institucional, são marcadas por arenas que inviabilizam e acendem a novos fenômenos e que, por sua vez, tem forte impacto sobre discursos e práticas em torno da produção de alimentos onde quer que esteja localizada. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa representa a exploração empírica de política pública que integra o apoio ao setor agropecuário do qual boa parte dos municípios da região exploram como matriz socioeconômica.

Estudos recentes sobre crédito rural indicam a concentração do volume de crédito total em programas que beneficiem a agricultura empresarial (BIANCHINI, 2018). Nesse caso, o tamanho da propriedade compreende um vínculo importante para entender melhor seu papel na contratação do crédito rural. O setor de agricultura empresarial é caracterizado pela produção de *commodities* nesse caso, os maiores recursos do setor são para suprir a demanda da exportação. Para contribuir com esta perspectiva, este artigo tem como objetivo geral descrever o cenário dos recursos de crédito rural destinados à agricultura empresarial. Os objetivos específicos se referem à: (i) identificar a tipologia das propriedades agropecuárias dos 31 municípios da mesorregião Centro Ocidental do RS; (ii) caracterizar os municípios beneficiários dos financiamentos contratados no SNCR, no período de 2013 a 2022; (iii)

identificar o impacto da produção de *commodities*, nomeadamente a lavoura de soja, no mesmo período nos municípios; e, (iv) apresentar conclusões com base em revisão de literatura e nos resultados obtidos através da pesquisa sobre os principais aspectos do cenário dos recursos agropecuários nos municípios da seleção para o trabalho da gestão pública municipal.

Para tanto, o presente artigo está estruturado por esta Introdução, seguida de pressupostos da revisão de literatura que sustentam a discussão, ou seja, são abordados aspectos relativos ao crédito agrícola. Na sequência, apresenta-se o método utilizado para cumprir os objetivos. A quarta seção do artigo contempla os achados da pesquisa, expondo os dados coletados, a relação de estabelecimentos agrícolas e os recursos de financiamento para a produção agropecuária, para que seja possível interpretar e considerar alguns elementos importantes presentes na região Centro Ocidental do Estado do RS. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Revisão da literatura

A partir de 1965 observa-se no Brasil o crescimento do setor agrícola, especialmente pela articulação da União do Sistema Nacional de Crédito Rural, pela qual ocorreu a reorientação das políticas agrícolas e o fortalecimento das estruturas do setor. Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos, incentivando as relações de crédito com significativos subsídios financeiros (DELGADO, 2001).

A criação do Sistema de Financiamento da Habitação e do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) cumpria um papel importante na política de crédito, por meio do fomento e subsídio da modernização da agricultura para ampliar a produção de alimentos de acordo com as necessidades internas e a exportação de excedentes. Assim, o setor produtivo agrícola é considerado relevante para o Estado brasileiro (CAZELLA; CAPELLESSO; STROPASOLAS & BÚRIGO, 2009).

Na visão de Fürstenau (1998, p. 19) “o crédito agrícola levou o Estado a desempenhar um papel de grande relevância na criação de condições capazes de viabilizar o fluxo de recursos necessários para a sustentação e ao desenvolvimento do setor agropecuário”. Novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas nas últimas décadas. A criação de instrumentos de política pública foi institucionalizada e novos referenciais para ações do Estado permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural (GRISA & SCHNEIDER, 2015).

Fürstenau (1998) assinala que o sistema de crédito incorporou diferentes finalidades como custeio e investimentos a curto, médio e longo prazos. A disponibilidade dos recursos permitiu uma relevante modificação da produção agrícola, tendo em vista a possibilidade de ter ganhos maiores de produção adotando máquinas e tecnologias e utilizando fertilizantes em grandes proporções.

Por outro lado, a política agrícola da década de 1980 favoreceu, prioritariamente, cadeias agroalimentares e complexos agroindustriais que detinham uma significativa parcela dos subsídios do programa para produção e comercialização. Os pequenos produtores ficaram à mercê desta política por um período (CAZELLA, CAPELLESSO, STROPASOLAS; BÚRIGO, 2009).

Para Grisa e Schneider (2015), os agentes públicos passaram a ter maior compromisso com políticas públicas de desenvolvimento rural a partir do início do século XXI, quando articulação de representantes da sociedade civil participaram de agendas para o desenvolvimento rural, com os governos federal, estadual e municipal. Desta forma, é fortalecida a ideia de que o engajamento das pessoas permite a criação de mecanismos para a emancipação de ações que dialoguem com interessados, sendo essenciais para a criação de programas e projetos que atendam às demandas específicas de cada região e de cada cidade.

3. Método

3.1 Abordagem Metodológica

Para compreender a distribuição do crédito rural, tendo em vista a vasta diversidade do contexto brasileiro, optou-se neste estudo utilizar uma abordagem regional, compreendendo que a mesorregião Centro Ocidental do Estado do RS está localizada na transição da depressão central e planalto, configurada por áreas com predominância de planície e parte do território por montanhas e dos Biomas Mata Atlântica e Pampa. A dinâmica produtiva, assim como seu contexto geográfico, situa-se em uma produção com base produtiva extrativista familiar e, por outro lado, com empresas agrícolas capitalizadas produzindo grãos.

Na divisão geopolítica do Estado do RS, a mesorregião Centro Ocidental possui 536.934 habitantes, num total de 31 municípios. Possui uma área geográfica de mais 25.900 quilômetros quadrados. A área cultivada é cerca 994 mil hectares, sendo que a cultura da soja ocupa 74,33% (738.990 hectares) da área total, representando 14,22% (6.900 unidades) dos estabelecimentos agropecuários, seguida da cultura do arroz de 10,63% (105.646 hectares) em 2.237 unidades

agrícolas. Os estabelecimentos agrícolas da mesorregião dedicam-se também à produção de abóboras e morangas, fumo, feijão preto, mandioca e milho entre outras. Em termos da produção animal destaca-se a criação de frango e bovinos, segundo dados do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto no estudo, utilizou-se do método científico do tipo descritivo com uma abordagem quantitativa dos dados. Os estudos descritivos buscam especificar, medir ou coletar informações sobre conceitos, variáveis ou fenômenos que possam ser submetidos a uma análise (SAMPIERI; COLLAD; LUCIO, 2013) observando, em âmbito regional à distribuição dos recursos de crédito para avaliar o contexto da mesorregião Centro Ocidental do RS.

3.2 Base de Dados

Para descrever o cenário da política de crédito agrícola da mesorregião selecionada no período de 2013-2022, no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, foram consultados os dados disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR. Os dados obtidos advêm de duas plataformas diferentes, a Matriz de Dados do Crédito Rural, que pode ser consultada no site do Banco Central do Brasil - BACEN, faz uma cobertura geográfica de dados do Brasil, dispõe de dados a partir de 2013 e filtros para seleção de dados considerados flexíveis, mas com cruzamentos limitados. Já a Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR – v2, é um conjunto de dados agregados relativos a operações de crédito rural criada em 2019 que permite a operação de retorno em metadados, possibilitando inúmeros cruzamentos. Ambas estão em consonância com o Manual do Crédito Rural (BACEN, 2020; MOREIRA, 2020).

Para o período de análise dos dados foram obtidas informações na base de resultados do Censo Agropecuário de 2017 (SIDRA/IBGE,2017). Foram exploradas as variáveis: tipologia da propriedade, número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos para os 31 municípios da mesorregião selecionada. As Informações da matriz de dados do crédito rural, via SNCR, referem-se às atividades agrícolas e pecuárias, incluindo subsídios de custeio, investimento e comercialização em sua totalidade. Foram consideradas todas as fontes de capital formais advindas de repasses de recursos públicos compreendendo os programas que em seus objetivos visam atingir a agricultura empresarial. Com relação à política pública, entendido como um conjunto de ações construídas e implementadas pelo Estado, neste caso, programas e linhas de crédito, em termos de recursos concedidos foram consideradas todas, com exceção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que se caracteriza por um

instrumento com objetivo de atender às demandas da agricultura familiar, avessa ao objeto de estudo desta pesquisa.

Considerou-se apenas para o estudo a tipologia do programa PRONAF, nomeadamente PRONAF, para caracterizar o quantitativo de estabelecimentos agropecuários que representam a parcela referente aos empreendimentos familiares, ou seja, que não ultrapassam mais de quatro módulos fiscais¹, enquadrando-se nos requisitos da política de crédito para agricultura familiar. O quantitativo restante caracteriza a tipologia agricultura empresarial. Seguindo o critério de caracterização, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais foi selecionado como estabelecimentos Não Pronaf, denominado no estudo como NPRONAF. Esta nomenclatura foi adotada para sistematizar os inúmeros programas de crédito, no qual a agricultura empresarial pode usufruir e tipificar de forma clara os empreendimentos passíveis destes financiamentos para diversos produtos e atividades agrícolas.

A Tabela 1 mostra que os estabelecimentos agropecuários na categoria familiar – PRONAF são em maior quantitativo na mesorregião, com exceção do município de Cacequi que possui 42% dos estabelecimentos classificados como NPronaf. Considerando o número absoluto de estabelecimentos que podem utilizar recursos NPronaf, dos 31 municípios da mesorregião Centro Ocidental, somente Cacequi apresenta número maior de propriedades NPronaf em relação às unidades Pronaf (IRNPP), este índice chega a 1,4 em Cacequi.

Tabela 1 – Distribuição dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental-RS conforme módulo fiscal em propriedades Pronaf, propriedade Não Pronaf (NPronaf) e índice de relação entre os estabelecimentos (IRNPP)

Município	Módulo Fiscal (ha)	Tamanho da propriedade de Pronaf (ha)	Número Propriedade Pronaf	Número Propriedade Não Pronaf	Total	Índice de relação (IRNPP)
Cacequi	28	≤ 112	194	271	460	1,40
São Vicente do Sul	22	≤ 88	504	451	954	0,89
Vila Nova do Sul	35	≤ 140	330	197	526	0,60
Dilermando de Aguiar	22	≤ 88	318	170	483	0,53
Júlio de Castilhos	35	≤ 140	683	293	974	0,43

¹ O módulo fiscal é um dos Índices Básicos Cadastrais utilizados pelo Incra para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional. Os atuais índices foram definidos pelo Incra por meio da Instrução Especial nº 5 de 2022. O estabelecimento agropecuário que possuir até quatro módulos fiscais é considerado empreendimento familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>

São Sepé	35	≤ 140	1114	473	1585	0,42
Formigueiro	22	≤ 88	647	258	904	0,40
Santa Maria	22	≤ 88	1245	458	1694	0,37
Itacurubi	28	≤ 112	554	194	748	0,35
Santiago	35	≤ 140	1128	368	1496	0,33
Capão do Cipó	35	≤ 140	401	130	531	0,32
Itaara	22	≤ 88	110	35	144	0,32
Restinga Sêca	22	≤ 88	883	270	1153	0,31
São Martinho da Serra	22	≤ 88	482	147	628	0,30
Tupanciretã	35	≤ 140	905	275	1180	0,30
Unistalda	35	≤ 140	397	117	513	0,29
São Pedro do Sul	22	≤ 88	1083	267	1349	0,25
Nova Esperança do Sul	22	≤ 88	339	72	411	0,21
São João do Polêsine	20	≤ 80	153	31	183	0,20
Jari	35	≤ 140	788	157	945	0,20
Mata	22	≤ 88	641	127	768	0,20
Quevedos	35	≤ 140	470	92	562	0,20
Jaguari	22	≤ 88	1299	253	1551	0,19
Nova Palma	20	≤ 80	503	67	570	0,13
Toropi	22	≤ 88	544	53	597	0,10
Pinhal Grande	35	≤ 140	624	55	679	0,09
Faxinal do Soturno	20	≤ 80	471	36	490	0,08
Silveira Martins	22	≤ 88	334	22	355	0,07
Agudo	20	≤ 80	1946	127	2071	0,07
Ivorá	35	≤ 140	451	14	465	0,03
Dona Francisca	20	≤ 80	306	5	311	0,02

Fonte: Elaborado a partir de dados do Censo Agropecuário (2017) e INCRA.

Os valores monetários foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, convertidos para dezembro de 2022.

4. Resultados

4.1 Descrição do cenário da contratação de crédito agropecuário na mesorregião

Os recursos financeiros da política agrícola para a mesorregião Centro Ocidental do Rio Grande do Sul alcançaram um valor anual de mais de R\$ 32 bilhões em 2022, atingindo assim um aumento de 8,07% no período de 2013 a 2022. A contribuição do crédito rural para os

estabelecimentos agropecuários auxilia no desempenho do setor agrícola, tendo em vista que a atividade agrícola é tradicionalmente reconhecida na mesorregião Centro Ocidental.

A Tabela 2 exibe o número e montante de contrato NPronaf no Estado e nos municípios da mesorregião Centro Ocidental do Rio Grande do Sul ao longo do período, onde calcula-se a porcentagem de crescimento/queda do número e valor do contrato por município, mesorregião e Estado para detalhar a tendência de concentração dos recursos NPronaf entre os beneficiários.

Tabela 2 - Número real de contratos, valor real dos contratos com porcentagem de crescimento/queda dos municípios da Mesorregião Centro Ocidental RS, de 2013 e 2022

Municípios	IRNPP	2013		2022		1 %	2 %
		Nº de contrato	Valor total	Nº de contrato	Valor total		
Cacequi	1,40	667	163.990.993,81	627	248.966.572,53	-6,00%	51,82%
São Vicente do Sul	0,89	578	101.368.106,13	720	276.861.778,61	24,57%	173,13 %
Vila Nova do Sul	0,60	155	17.691.848,94	141	56.188.523,20	-9,03%	217,60 %
Dilermando de Aguiar	0,53	265	53.208.637,82	132	39.817.133,59	-50,19%	-25,17%
Júlio de Castilhos	0,43	1.032	343.354.916,27	718	380.091.419,13	-30,43%	10,70%
São Sepé	0,42	841	289.436.939,74	733	250.369.944,62	-12,84%	-13,50%
Formigueiro	0,40	304	57.590.986,89	209	51.076.568,72	-31,25%	-11,31%
Santa Maria	0,37	790	247.536.362,43	504	160.513.117,15	-36,20%	-35,16%
Itacurubi	0,35	372	71.551.943,72	400	142.732.426,36	7,53%	99,48%
Santiago	0,33	1.248	213.384.087,34	782	284.470.642,98	-37,34%	33,31%
Capão do Cipó	0,32	480	138.193.840,34	342	176.583.463,24	-28,75%	27,78%
Itaara	0,32	45	7.607.938,06	19	6.870.950,53	-57,78%	-9,69%
Restinga Seca	0,31	1.121	137.457.593,33	481	156.020.447,20	-57,09%	13,50%
São Martinho da Serra	0,30	300	80.700.915,91	204	84.484.862,00	-32,00%	4,69%
Tupanciretã	0,30	1.417	626.149.191,15	690	547.957.746,25	-51,31%	-12,49%
Unistalda	0,29	262	32.731.416,25	183	45.611.478,86	-30,15%	39,35%
São Pedro do Sul	0,25	632	95.705.428,10	340	91.947.979,76	-46,20%	-3,93%
Nova Esperança do Sul	0,21	228	12.742.543,56	69	11.126.192,82	-69,74%	-12,68%
São João do Polêsine	0,20	84	11.388.645,65	40	8.888.608,79	-52,38%	-21,95%
Jari	0,20	750	159.512.932,66	263	146.922.746,10	-64,93%	-7,89%
Mata	0,20	504	31.813.560,67	120	27.756.248,09	-76,19%	-12,75%
Quevedos	0,20	404	64.693.256,25	151	61.715.631,64	-62,62%	-4,60%

Jaguari	0,19	1.330	33.389.932,24	206	38.905.602,98	-84,51%	16,52%
Nova Palma	0,13	402	30.468.472,63	91	20.753.617,09	-77,36%	-31,88%
Toropi	0,10	496	11.536.142,37	48	4.219.308,84	-90,32%	-63,43%
Pinhal Grande	0,09	623	48.858.353,11	150	52.685.441,52	-75,92%	7,83%
Faxinal do Soturno	0,08	276	8.676.568,40	36	5.817.354,19	-86,96%	-32,95%
Silveira Martins	0,07	32	6.430.963,01	19	3.842.324,83	-40,63%	-40,25%
Agudo	0,07	2.257	59.649.281,49	177	27.708.789,66	-92,16%	-53,55%
Ivorá	0,03	156	4.000.136,85	12	3.142.129,09	-92,31%	-21,45%
Dona Francisca	0,02	357	7.895.988,77	35	10.461.954,24	-90,20%	32,50%
Total mesorregião centro ocidental		18.408	3.168.717.923,89	8.642	3.424.511.004,61	-53,05%	8,07%
Rio grande do sul		188.486	34.177.190.351,52	83.882	32.110.749.399,46	-55,50%	-6,05%

Fonte: Elaborado a partir de dados do SNDR (2022).

(1) Crescimento/queda do número de contratos.

(2) Crescimento/queda do valor total dos contratos.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2022.

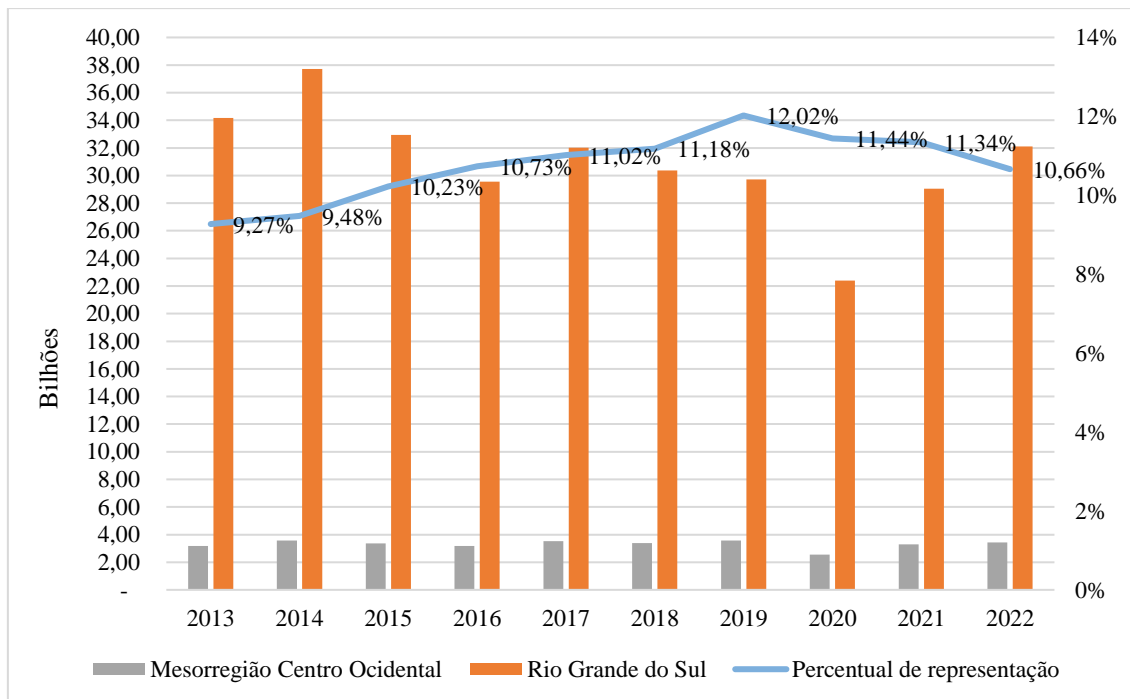
Cabe destacar que o baixo IRNPP demonstra uma alta presença de propriedades Pronaf na mesorregião Centro Ocidental. Os resultados deste estudo são consistentes com os achados de Aquino & Schneider (2015), relatando que o número de estabelecimentos agropecuários familiares abrangem 84,36%, do total do Brasil. Assim, o caso regional possui uma predominância de propriedades Pronaf representando IRNPP médio de 0,28.

Observa-se na Tabela 2 que o número de contrato NPronaf teve uma queda considerável de 53,05%, de 2013 para 2022, nos municípios da mesorregião Centro Ocidental. Apesar, do significativo aumento no contexto regional, alguns municípios como Agudo, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Nova Palma, Nova Esperança do Sul, Mata, Quevedos, Santa Maria, São Sepé, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã tiveram uma diminuição tanto no número, quanto no valor do repasse. Os resultados mostram que, no caso do número de contratos emitidos anualmente, houve uma queda significativa de 55,50% no Estado e de 53,05% na mesorregião Centro Ocidental, entre os contratos de crédito agrícola, ou seja, uma queda pela metade no período. De fato, as circunstâncias da mesorregião acompanharam o fenômeno de redução do número de contratos de crédito agrícola, como Belik (2015) concluiu em seus estudos que há uma

concentração dos créditos em poucos estabelecimentos da agricultura NPronaf, onde alguns poucos estabelecimentos firmaram um grande número de contratos. Aquino, Gazolla & Schneider (2015) observaram também o crescimento do crédito agrícola para a categoria Pronaf, onde os recursos estavam concentrando-se entre os mais capitalizados. O modelo agrícola de produção com ênfase na adoção de novas tecnologias adotado no Brasil, é a provável explicação para a concentração de crédito em Propriedades Pronaf e NPronaf mais capitalizadas.

A Figura 1 exibe o comportamento dos recursos NPronaf e complementa os dados da Tabela 2, com informações mais detalhadas sobre o percentual de representação da mesorregião em relação ao Estado. Apresenta-se o montante de recursos de 2013 e 2022.

Figura 1 – Valor total dos recursos de crédito Não Pronaf, na mesorregião Centro Ocidental e no Estado do Rio Grande do Sul, entre 2013 e 2022



Fonte: Elaborado a partir de dados do SNDR (2022).

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2022.

Pode-se visualizar que a utilização dos recursos pelos municípios da mesorregião no período foi distinta, no entanto, há uma tendência de queda do número de contrato (2%, 21%, 6%, 1%, 1%, 15%, 19%), no entanto para o ano de 2021 houve um aumento de 15,5% no número de contratos retomando a queda de 14% em 2022. Em geral, o montante de crédito

recebido no contexto da mesorregião teve uma variação (13%, -5%, -5%, 11%, -3%, 5%, -28%, 28,5%, 3%) no período estimado.

Entre o montante concedido para a mesorregião no período, o ano de 2019 registrou o maior pico de contratos assinados, com um estímulo de mais de 3,5 bilhões de reais. No entanto, tiveram uma redução no cenário estadual de 6,05% no período, representando uma queda de mais de dois bilhões de reais no montante total do subsídio. Tanto em nível estadual, quanto na mesorregião, os contratos firmados em 2020 retraíram acompanharam o ambiente macroeconômico, em decorrência da pandemia de Covid-19.

Embora a quantidade de crédito recebido tenha retraído, a demanda pelo crédito na mesorregião é maior em alguns locais. A Tabela 3 indica os municípios que possuem os maiores montantes de crédito rural NPronaf.

Tabela 3: Concentração dos recursos de crédito por municípios da mesorregião Centro Ocidental de 2013 a 2022

Municípios	2013	2022
Tupanciretã	19,76%	16,00%
Júlio de Castilhos	10,84%	11,10%
São Sepé	9,13%	7,31%
Santa Maria	7,81%	4,69%
Santiago	6,73%	8,31%
Cacequi	5,18%	7,27%
São Vicente do Sul	3,20%	8,08
Total	62,65%	62,76%
Mesorregião (R\$)	3.168.717.923,89	3.424.511.004,61

Fonte: Elaborado a partir de dados do SNDR (2022).

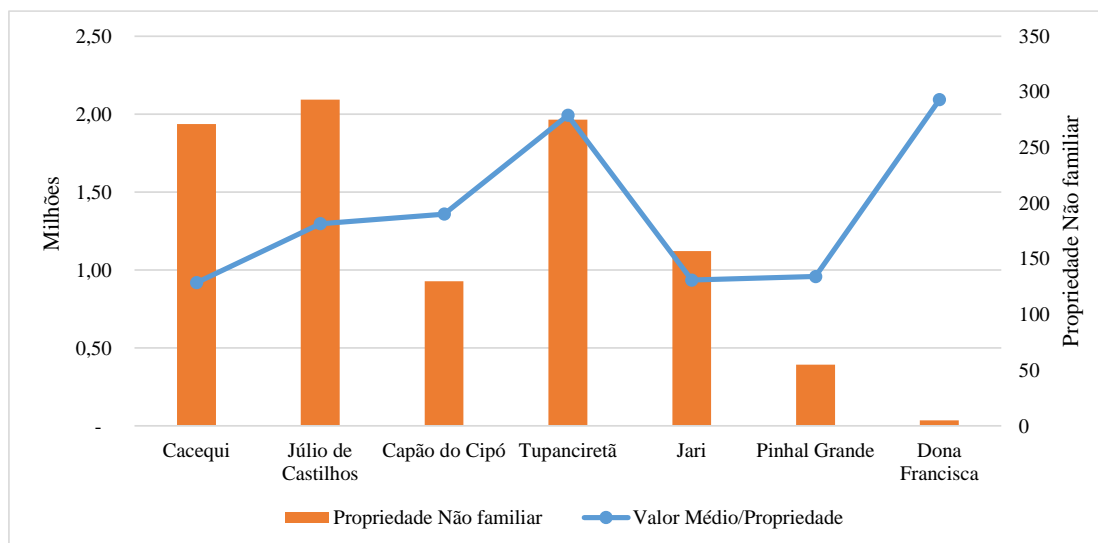
*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2022.

De acordo com o quantitativo de crédito contratado, os municípios de Cacequi, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Santiago, São Sepé, São Vicente do Sul e Tupanciretã utilizaram mais de R\$ 2,1 bilhões, em 2022. De fato, esses municípios obtiveram mais crédito do que os demais 24 municípios. Tupanciretã detém o montante mais significativo entre os 31 municípios da mesorregião, possuindo em 2022 mais de quinhentos milhões de reais em crédito contratado, seguido de Júlio de Castilhos com mais de trezentos e oitenta milhões de reais e Santiago com mais de duzentos e oitenta milhões de reais.

Os valores médios por contrato, em 2022, nos municípios são de R\$ 794.141,66 em Tupanciretã, R\$ 558.641,62 em Jari, R\$ 529.375,24 em Júlio de Castilhos, R\$ 516.325,92 em Capão do Cipó, R\$ 414.141,48 em São Martinho da Serra e R\$ 408.712,78 em Quevedos.

Os agricultores NPronaf da mesorregião assinaram em média 1,58 contratos por propriedade, em 2022. A utilização do crédito pela agricultura não familiar na mesorregião Centro Ocidental é alta. A Figura 2 apresenta os principais municípios que tiveram maior crédito agrícola contratado por estabelecimentos NPronaf.

Figura 2 – Principais municípios da mesorregião Centro Ocidental, com valor médio em relação ao número de unidades NPronaf em 2022



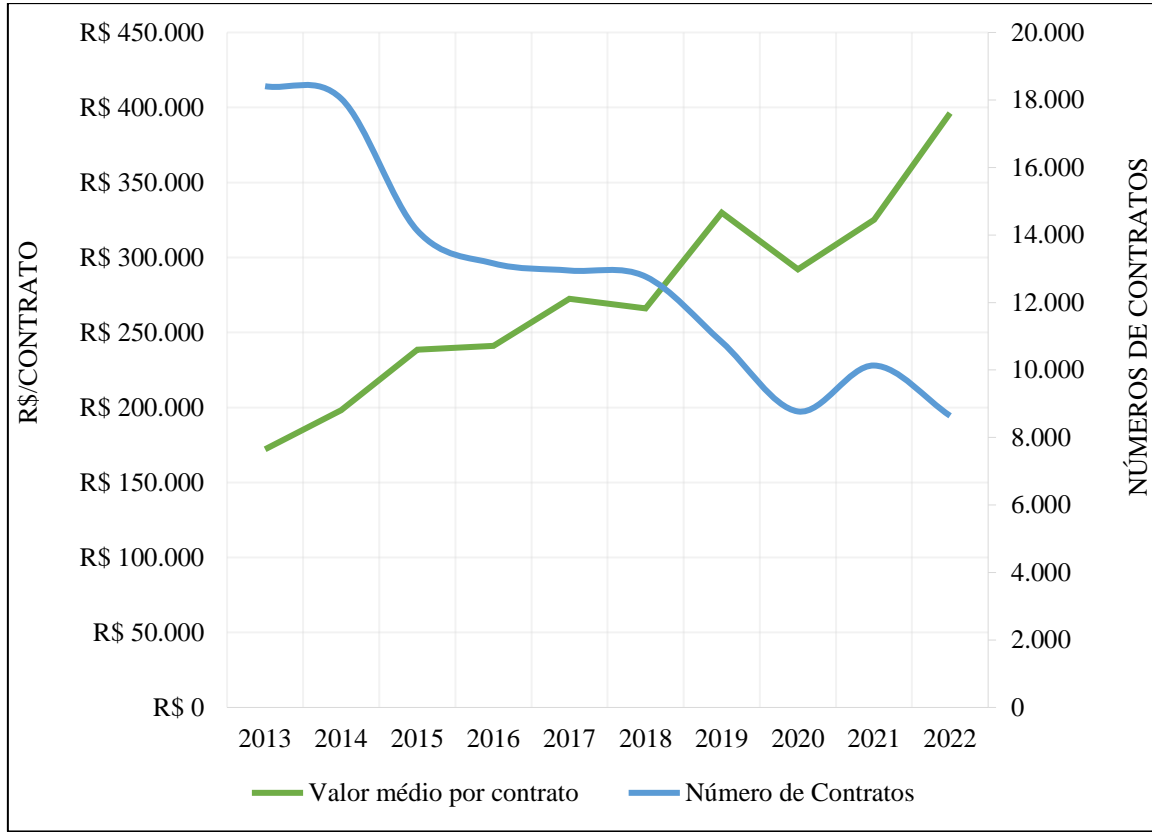
Fonte: Elaborado a partir de dados do SNDR (2022) e Censo Agropecuário (2017).

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2022.

No caso da distribuição do crédito agrícola, os valores médios estimados para cada unidade NPronaf, tiveram maiores concentrações de recursos em Dona Francisca, Pinhal Grande, Capão do Cipó, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cacequi e Santiago. O valor médio mais expressivo está destinado a Tupanciretã com mais de R\$ 1,5 milhões contratados, onde são assinados 7,0, 2,73, 2,63, 2,51, 2,45, 2,31, 2,13, respectivamente, contratos em cada estabelecimento agrícola, desses municípios. No caso de Dona Francisca o valor atingido, em 2022, está associado ao pequeno número de estabelecimentos agropecuários classificados como NPronaf, apenas cinco unidades. O crédito usado pela agricultura NPronaf mostra que a utilização dos recursos no contexto mesorregional varia, de 0,54 a 7,00 contratos por estabelecimento, em municípios comparado com o valor médio da mesorregião.

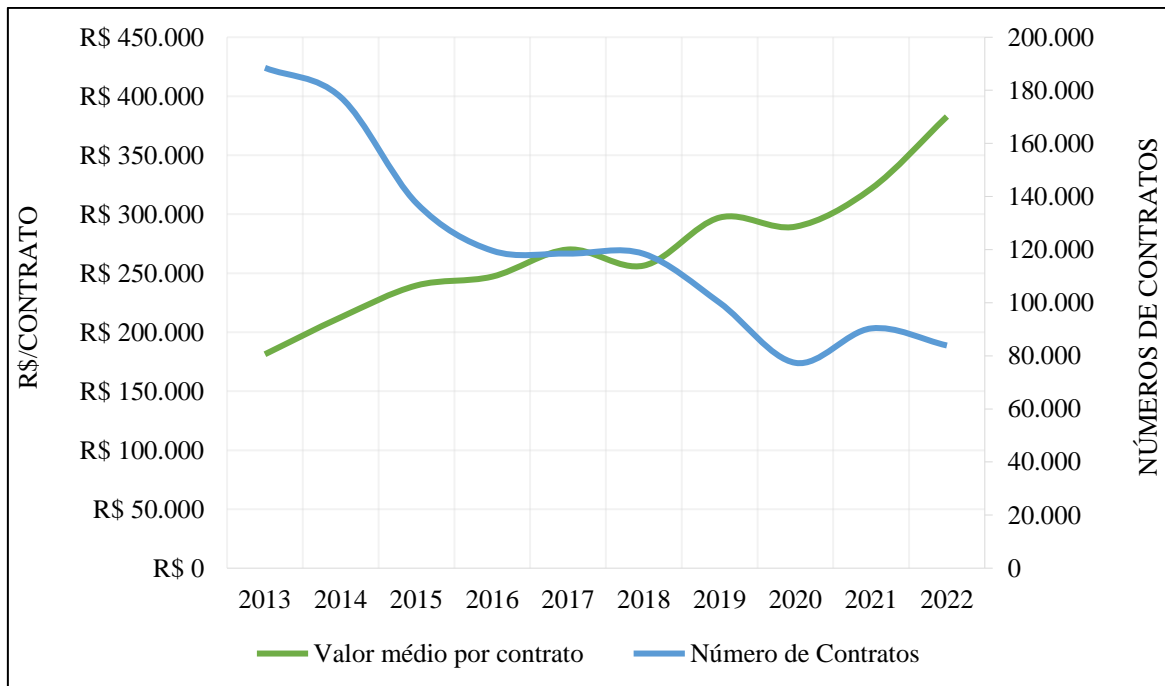
Mesmo com disparidade no contrato médio de crédito, o grupo de agricultores da mesorregião obteve maiores quantidades de crédito. A Figura 3 apresenta a evolução do valor médio dos recursos contratados e o número de contratos na mesorregião e no Estado, de 2013 a 2022.

Figura 3 – Distribuição por valor médio real do contrato e número de contratos em municípios da região Centro Ocidental (a) e o Estado do Rio Grande do Sul (b), entre 2013 e 2022



(a)

(b)



Fonte: Elaborado a partir de dados do SNDR (2022).

(a) Região Centro Ocidental do RS.

(b) Estado do Rio Grande do Sul.

*Valores corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2022.

No geral, o valor médio do contrato da mesorregião Centro Ocidental obteve um aumento de 130,21%, enquanto que no Estado foi de 111,12% entre 2013 a 2022. Para subsidiar as atividades agropecuárias, os estabelecimentos da mesorregião precisaram de um crédito médio anual de R\$ 396.262,71 em 2022, enquanto que no Estado o valor foi de R\$ 382.808,58.

Apesar da demanda de acesso ao crédito na mesorregião ter uma redução, com uma diminuição de 54,05% de número de contratos, o valor médio contratado teve um aumento consideravelmente de 130,02% na mesorregião em 9 anos. Ou seja, além da diminuição do número de beneficiários, o valor médio fornecido teve maior volume, representando 10,66% do total de recursos do Rio Grande do Sul.

Um dos principais fatores do aumento do valor médio contratado diz respeito ao aumento da produção agropecuária. Para Mueller e Mueller (2016) a participação do Brasil no mercado mundial passou por uma transição, principalmente pelo crescimento da produtividade e o fornecimento de crédito para mecanização pelo governo, os quais para o autor ainda possui mais espaço para melhorias.

É interessante observar que a queda do número de contratos provém da concentração do valor médio por contrato. Considerando o resultado, Leite e Wesz Jr, (2015) sugerem que esta movimentação de ampliação dos recursos acontece com um perfil de produtores mais capitalizados, com propriedades localizadas no centro-sul do país, produzindo soja, milho, café e cana-de-açúcar. Nesse caso, os favorecidos pelo crédito agrícola conseguem oferecer garantias reais aos contratos mais elevados.

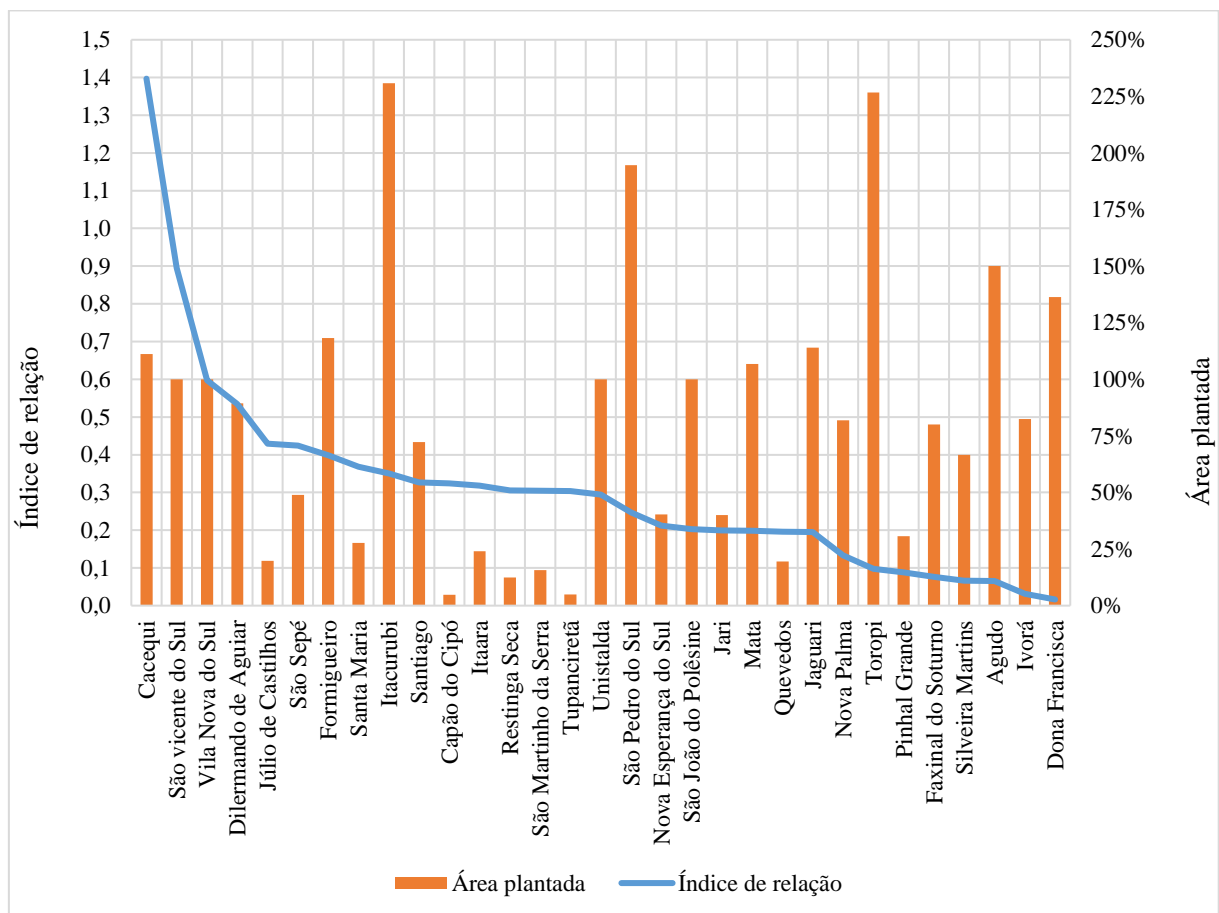
Oderich e Waquil (2019) examinaram uma expansão da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, que teve um salto de 3,0 para 5,5 milhões de hectares cultivando grãos, especialmente soja, no bioma pampa. Concluíram que a participação da cultura se deu pelo crescimento da soja na economia, no entanto, verificaram que o aumento do peso da soja nas economias locais está associado a processos de esvaziamento populacional e migração inter-regional.

Um considerável número de estabelecimentos agrícolas da mesorregião cultiva grãos. Como o perfil dos municípios da mesorregião inclui 82% dos estabelecimentos como Pronaf e 23% como unidades NPronaf com proporção de quase dois contratos (1,58) de crédito, por propriedade NPronaf, seria oportuno destacar a expansão da cultura da soja no Rio Grande do

Sul (SILVEIRA et al., 2017), tendo em vista a alta distribuição de crédito obtido para as atividades agrícolas.

A cultura da soja se destaca pela utilização de áreas agricultáveis, sendo relevantes especialmente pela ocupação para a atividade agropecuária. A Figura 4 mostra o aumento da área para o cultivo da soja relacionada ao IRNPP nos municípios na mesorregião Centro Ocidental.

Figura 4 – Crescimento da área de cultivo da soja na Mesorregião Centro Ocidental (área plantada) e índice de relação IRNPP, entre 2013 e 2021



Fonte: Elaborado a partir de dados da Produção Agrícola Municipal (2022).

A evolução do crescimento da área (hectares) na mesorregião, em 9 anos, teve um crescimento de mais de 35,98%. O que indica que na mesorregião Centro Ocidental o crescimento do cultivo está acima do alcançado no estado, que foi de 29,18%.

Os municípios que possuem maior concentração dos recursos da mesorregião Centro Ocidental (Tabela 3) obtiveram uma expansão da área cultivada pela soja no período, no entanto, uma elevação sutil. Em Agudo, Formigueiro, São Pedro do Sul, São João do Polêsine,

Mata e Toropi, a expansão do cultivo mais que duplicou durante o período de análise. Estes municípios possuem baixo índice IRNPP, ou seja, com elevado número de propriedades com até quatro módulos fiscais. Assim, pode-se inferir o que é observado empiricamente, o avanço de áreas de soja em propriedades Pronaf. Este fato ocorre principalmente através de parcerias entre produtores NPronaf e produtores Pronaf, o que justificaria o aumento da concentração de contratos NPronaf.

4.2 Contribuições para a Gestão Pública Municipal nos municípios selecionados

Embora o período de análise seguiu um padrão na mesorregião, por meio de crescimento alto em alguns municípios e em outros manteve-se dentro de um cenário com reduzida ascensão, é importante destacar também o histórico produtivo. No caso de Capão do Cipó, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, que apresentam pouca expansão do cultivo, fator associado especialmente pelo seu histórico produtivo, destacados por uma tradição na produção da soja, tendo uma representação de 76%, 86% e 82% de superfície agrícola dos respectivos municípios em 2021. Os dados mostram uma saturação da área produtiva nestes municípios com a produção do grão.

Nestes municípios a busca por promover o desenvolvimento rural e a gestão do território rurais ressaltando o potencial da matriz agropecuária foram incluídos nas agentes institucionais desde a década de 90. A partir do “olhar” da administração pública municipal que têm precedentes e competência para legislar sobre as especificidades de seu contexto, por exemplo, na Lei Orgânica do município de Tupanciretã, da década de 1990, “o município incentivará a implantação de projetos de cinturão verde para a produção de alimentos”. Esta indicação emanada pelo ente público municipal teve proposições concretizadas, de modo que marca e orienta as operações agropecuárias no município.

Esse elemento de promoção da produção agrícola, por exemplo, além de promover o seu desenvolvimento em um ambiente político / regulatório que fomenta as atividades agropecuárias, ressalta o potencial do setor como um todo, ao mesmo tempo, fornecendo uma visão sobre as formas de mobilização social que atuam na governança e, na promoção da produção agropecuária local.

Além, embora, o crescimento do montante de crédito contratado permite que mais beneficiários possam subsidiar suas atividades produtivas, os resultados do presente estudo estão de acordo com Leite e Wesz, (2015) que relataram a presença do Estado na estratégia de

expansão do setor sojicultor, que vem obtendo um crescente aporte de recursos públicos, por meio de medidas de apoio e fomento a favor da expansão produtiva das lavouras de soja.

Devido a maior escala de produção subsidiada e o incremento da alocação de crédito para o setor, Mueller e Mueller (2016) destacam que o novo ambiente de expansão e modernização da agricultura no Brasil, sob influência da demanda internacional de *commodities* agrícolas, foi um dos fatores responsáveis pelo sucesso da política agrícola brasileira. No contexto territorial, os incentivos por meio de política municipal, seja na assistência técnica ou na prestação de serviços para os produtores, têm impactado positivamente, como observou-se no estudo através do crescimento, em alguns municípios do valor médio contratado.

Além disso, fatores situacionais decorrentes da contratação de crédito agrícola, ou seja, todo um conjunto de atores que sustentam as cadeias produtivas que além de dinamizar a economia local, fomentam novos arranjos produtivo-comerciais nos municípios. Assim, para a população local, além de questões de emprego, renda adequada e viabilidade econômica, a matriz produtiva agropecuária que contempla a paisagem de boa parte dos municípios selecionados, sustenta um modelo de produção agropecuária, baseada na escalada da lavoura da soja.

Em síntese, o valor médio por contrato teve um crescimento (130,20%) de 2013 a 2022. Embora a porcentagem de crescimento do montante (8,07%) seja significativa, mais da metade (53,05%) da demanda de acessibilidade do crédito na mesorregião não foram atingidas em 2022. Em suma, constata-se que a mesorregião Centro Ocidental teve uma performance diferente do Estado, onde os recursos predominantemente foram maiores em nove anos para uma demanda reduzida, representando uma concentração do crédito em municípios da mesorregião Centro Ocidental especialmente nas cidades de Cacequi, Júlio de Castilhos, Santa Maria, São Sepé, Santiago, São Vicente do Sul e Tupanciretã. Com relação à utilização do crédito, os resultados mostram que o crédito agrícola é contratado mais de uma vez por unidade agrícola, embora, exista em alguns municípios com seletivo grupo de estabelecimentos não familiares, os valores médios dos contratos se mantém em crescimento e o declínio do número de contratos apresenta uma tendência de concentrar seus recursos. Ainda que os agricultores não familiares da mesorregião Centro Ocidental tenham maior acesso ao crédito, do que o Estado do Rio Grande do Sul, estes resultados estão de acordo com Bianchini (2018) e Belik (2015), que relatam a concentração dos recursos na agricultura patronal e em poucos estabelecimentos.

5. Considerações finais

Esta pesquisa focaliza aspectos da reação ao crédito agrícola, em um contexto específico que vai além da sua matriz produtiva tradicional, e que constitui a retórica da política agrícola nacional. Neste caso, o objetivo da pesquisa foi descrever o cenário dos recursos de crédito rural destinados à agricultura empresarial, observando as escalas representadas pelo tamanho das propriedades rurais e o impacto da produção de *commodities* na mesorregião Centro Ocidental do RS, no período de 2013 a 2022. Observa-se que na mesorregião Centro Ocidental do RS ocorre a concentração do volume total dos recursos de crédito NPronaf em mais de sessenta por cento (62,76%) em apenas sete municípios. Alguns destes são municípios que detêm maior valor contratado. Portanto, dos 31 municípios da mesorregião Centro Ocidental, 24 deles recebem menos de quarenta por cento do volume total de repasse.

O fato de que municípios tiveram maior concentração do volume dos recursos pode ser justificado por uma maior representatividade da área utilizada para o cultivo da soja no mesmo período. Esta análise mostra que os estabelecimentos NPronaf da mesorregião, em geral, possuem uma alta distribuição do crédito agrícola por propriedade (1,58 contratos/propriedade), com exceção de Dilermando de Aguiar, Jaguari, Ivorá, Itaara, Formigueiro, Silveira Martins, Toropi, Mata, Nova Esperançado Sul e Vila Nova do Sul. Apesar de alguns destes municípios terem um valor médio por propriedade relativamente baixo em relação aos demais municípios da região, é importante destacar que o número real de estabelecimentos NPronaf é extremamente pequeno. No entanto, há uma tendência de crescimento do valor médio por contrato nos municípios, ocasionado principalmente pela redução da demanda por recursos para subsídio das atividades agropecuárias. Este fato decorre da expansão da lavoura da soja na matriz produtiva, indicando que esta tendência persiste, apesar da queda do quantitativo contratado em 2020 em virtude da pandemia de Covid-19.

O cenário da mesorregião Centro Ocidental descolou-se do panorama do estado, no que tange ao volume de recursos repassado que foi maior, no entanto acompanhou a redução significativa de contratos. De modo que, a política agrícola, em nível territorial, estimula o fortalecimento das atividades agropecuárias dos produtores que se mantêm em condições de garantias e enquadramento. Cabe destacar, que nos municípios que expandiram a atividade agrícola com a soja, talvez outras dinâmicas produtivas estão em declínio para abrirem espaço para a atividade. Nestes municípios o acesso ao crédito agrícola está em crescimento através de contratos NPronaf e podem abrir caminho para novas formas de apropriação de terras. O aumento (volume/contrato) dos contratos NPronaf em detrimento do número de contratos de baixa adesão por agricultores familiares forja novas modificações e, por sua vez, alteram a

equidade de acesso às políticas públicas de modo a distanciar a diversidade dos mundos rurais que se perpetuam desde o período das capitânias. Ademais, aguçaria assim a contra narrativa das políticas agrícolas nacionais de apoio à agricultura familiar.

Conforme o panorama em que foi possível explorar neste texto, o escalonamento da agricultura empresarial exerce pressão para homogeneizar a produção agropecuária local, em parte. Em termos gerais, as diferenças existentes nos estilos de cultivo refletem-se em organizações sociopolíticas, que por sua vez, mantêm o padrão estereotipado na tutela das questões agropecuárias. No entanto, este estudo propicia aos agentes públicos e sociedade em geral dos municípios da Mesorregião, fundamentos para estimular novas abordagens institucionais com relação à interface entre os modelos de agricultura praticados. Também apresenta-se desafios, que só podem ser ultrapassados, com a mediação ativa de lideranças engajadas com o processo de desenvolvimento socioeconômico, considerando o cenário apresentado no estudo como base para suas ações.

Para desdobramentos futuros, a teia de relações estabelecidas entre os tipos de agricultura praticada no município e o montante de recursos públicos que cada uma utiliza, fornece soluções potenciais para desafios futuros imprevisíveis, para além do ponto de vista de concentração de recursos, precisa de mais atenção na esfera acadêmica para contextos em que a fronteira agrícola está em ascensão. Tal como, para regiões territoriais que formam o mosaico de especificidades regionais que compreende o território nacional. Além disso, considerando uma base de dados mais recente, será possível observar uma nova performance dos recursos da política agrícola.

Referências

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. p. 53-81. 2015.

BACEN. Banco Central do Brasil. Matriz de dados do crédito rural. Disponível em: [<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/micrrural/>]; Acessado em 27 de janeiro de 2023.

BACEN. Banco Central do Brasil. Matriz de Dados do Crédito Rural – v2. 2023. Disponível em: <https://olinda.bcb.gov.br/olinda/servico/SICOR/versao/v2/aplicacao/#!/recursos>; Acessado em 27 de janeiro de 2023.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba. v. 53, n. 1, p. 9-30. 2015.

BIANCHINI, V. 2018. *FAO* Comunicação e informação. Unidade de coordenação de projetos da região sul Número 228. Disponível em: [<http://boaspraticas.org.br/attachments/article/757/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0228.pdf>]; Acessado em 29 de abril de 2020.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. v 15 n.43, p. 157-172. 2001.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. 2020. Disponível em: [<http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454156/>]; Acessado em 29 de abril de 2020.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. p. 19-53. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. *Censo Agropecuário 2017*, 2006 e 1995. Disponível em [<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>]; Acessado em 27 de janeiro de 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018. **Nota técnica iv**. Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016. Carta conjuntural 1º trimestre de 2018. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>; acessado em 29 de abril de 2020.

LEITE, S. P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de janeiro. v. 9 n. 1, p.129-163, 2001.

LEITE, S.P.; WESZ Jr, V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís. v. 11 n.22, p.83 – 108, 2014.

MUELLER, B.; MUELLER, C. The political economy of the Brazilian model of agricultural development: Institutions versus sectoral policy. **The quarterly review of economics and finance Elsevier**. Edição especial. v. 62, p. 12-20, 2016.

MOREIRA, FM, Bisi PHS, Botega LC, Segundo JES, Sant'Ana RCG. A qualidade na recuperação de dados governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na internet. *Perspect ciênc inf [Internet]*. 2020Apr;25(Perspect. ciênc. inf., 2020 25(2)). Available from: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3994>

ODERICH, E.H.; WAQUIL, P.D. 2019. **Nota Técnica**. Municípios dependentes da soja no Rio Grande do Sul: aspectos demográficos e socioeconômicos - Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em:[<https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/issue/view/269/showToc>]; Acessado em 29 de abril de 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. L. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre. 2013.

SILVEIRA, V.C.P.; GONZALEZ, J.A.; FONSECA, E.L. da. Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. **Revista Ciencia Rural**. Santa Maria v.47 n 4 e20160647 2017.